



# Anais da Assembleia

Nº 101

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 31 DE AGOSTO DE 1981.

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA  
ATA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA  
RELIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1981

(SEGUNDA-FEIRA).

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Egon Pudell, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (53); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Deni Schwartz, Fidelcino Tolentino, José Domingos Scarpellini, Leônidas Chaves, Renato Bernardi (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor BERNÉLIO ORSINI, ocorrido no último dia 28, em Maringá. Requer ainda, seja dada ciência do presente à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Bernélio Orsini representou para todos os maringenses, principalmente os que residem na zona rural — Distrito de Floriano — um verdadeiro exemplo de chefe de família, de honradez e bondade. Tendo chegado em Maringá em 1955, dedicou-se a exploração agrícola com seus sete filhos, educando-os para a vida com o entusiasmo peculiar àqueles que realmente amam a terra e a família. Religioso, encaminhou todos os filhos para a igreja católica e serviços comunitários, constituindo-se todos, verdadeiros exemplos de comportamento e retidão de caráter. Faleceu aos 85 anos de idade, amando a terra e a vida, jamais tendo demonstrado em sua luta, qualquer fraqueza ou desânimo. Foi enfim, um verdadeiro exemplo

a todos nós que o conhecemos, justificando plenamente esta homenagem.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Maria Pianaro Benato, ocorrido dia 29 do corrente, na cidade de Campo Largo.

Solicita outrossim que se dê ciência da decisão da casa ao Sr. Antônio Evangelista Benato.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

a) CARLOS ZANLORENZI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido no Município de Colombo, do Senhor ANTÔNIO ROGÉRIO DA SILVA ROSA.

Requer outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido nesta Capital, do Senhor LUIZ ALVES DE BRITO FILHO.

Requer outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado à Família Ditzel, da cidade de Prudentópolis, neste Estado, externando votos de pesar pelo falecimento do Senhor AFFONSO DITZEL.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

a) GILBERTO AGIBERT FILHO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, se prende ao fato de que o Senhor Affonso Ditzel foi um dos pioneiros na fundação de Prudentópolis, Estado do Paraná, com o seu falecimento Prudentópolis perde um batalhador, homem honesto dedicado à família; ex-Prefeito, eminente político que muito deu de si em prol do desenvolvimento da comunidade de Prudentópolis.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, voto de congratulações ao Economista Gilberto Batalha e ao jornalista José Cury, por sua ativa participação na realização do IV Seminário

Paranaense de Desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

a) JOÃO MANSUR

#### JUSTIFICATIVA:

Estão os Senhores Deputados ainda lembrados da extraordinária repercussão que teve o IV Seminário Paranaense de Desenvolvimento, trazendo para esta Assembléia o prestígio da presença de Ministros de Estado, altas autoridades federais e estaduais e líderes empresariais. Nada mais justo e oportuno, portanto, do que prestar homenagem a dois valerosos cidadãos que contribuíram decisivamente para o evento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente contendo votos de congratulações, dirigidos ao Escritório Central de Serviços Gerais do Paraná - CENAAPAR, de Alcoólicos Anônimos - AA, pelo transcurso do 13.º aniversário de implantação deste movimento no Estado do Paraná, pelo muito que estes grupos têm feito pela recuperação de alcoólatras em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

a) LÁZARO DUMONT

#### JUSTIFICATIVA:

Tantas são as campanhas que se fazem em nosso Estado e no País, na tentativa de se combater os males que são provocados na saúde do ser humano, portador de vícios como o tabaco, o fumo, as drogas e tantos outros, enquanto para se combater o alcoolismo nada se vê, principalmente sendo os alcoólatras, portador de uma doença progressiva e incurável, que tantos males têm provocado dentro da sociedade e da família. A própria Organização Internacional de Saúde, considera hoje o alcoolismo, como a terceira doença que mais vítimas fatais tem feito em todo o mundo, mas dentro da própria medicina, o alcoolismo ainda é uma barreira, ainda é sinônimo de vadiagem, falta de caráter, senvergonhice e tantos outros pseudônimos. Será que já não está demorando muito para nossos órgãos governamentais tomassem alguma providência neste sentido? Em anexo as palavras do jornalista Elon Garcia, por ocasião da reunião comemorativa, e um artigo do jornalista JOSÉ WANDERLEY DIAS.

“Reunião Pública - 13.º aniversário Alcoólicos Anônimos do Paraná - 26 de agosto de 1981 - quarta-feira, Auditório da Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

ELON GARCIA

#### SAUDAÇÕES.

MEU IRMÃO A.A.

Nesta noite de emoção, coração a coração aqui estamos em nome da Comunidade, para dizer muito obrigado a você A.A.  
Temos muito a agradecer  
Você é exemplo.

Nestes doze anos, dos treze que se comemora, acompanhamos os que fazem os A.As. da Independência. São doentes que curam doentes.  
Por estarem doentes e saberem disso, procuram ajudar os que sofrem, no silêncio e na perseverança.  
Sensíveis por natureza, têm dentro de si o amor e dão graciosamente o que de melhor têm.  
Repartem suas alegrias e não escondem suas tristezas quando se trata de ajudar alguém.  
Sem rodeios e sem escolher palavras quero dizer que com você A.A. aprendemos o valor de um novo dia e a importância de cada dia.

Sem querer, no mundo competitivo em que vivemos, tentamos, sem êxito, reter o passado e abraçar o futuro, tudo de uma só vez.

O resultado é a neurose, o desamor.

Com você A.A. aprendemos que é preciso viver um dia de cada vez.

Esquecer as tristezas de ontem e viver o hoje.

As alegrias de ontem FORAM alegrias.

Hoje é um novo dia.

As variações da vida, o dia de sol, a tarde de chuva, a manhã com nuvens, é que dão colorido ao existir. Insípido seria viver sem essas mudanças.

Um dia inteiro. Para viver, para ser feliz, sem perder um só segundo.

“Um segundo de amor perdido não se recupera nem na eternidade”, disse o pensador.

Para que prometer pelo amanhã, se o nosso mundo é hoje?

Por que sofrer pelo amanhã, se o nosso mundo é hoje?

Por que sorrir pelo amanhã, se o amanhã é incerto?

Hoje só...

Um dia. Tão pouco.

Tão longe para os que sofrem.

Tão curto para os felizes.

Sem importância para os relapsos.

Valioso para o sábio.

O que faria você, perguntou o sábio, se recebesse uma conta bancária em seu nome, contendo provisão para cada dia 86.400 dólares? Uma advertência apenas, teria que gastá-los naquele dia. Não poderia sobrar nenhum para o dia seguinte. Alguns sentir-se-ão ricos, outros preocupados com tamanho valor.

E o sábio revelou: cada dia recebemos do Senhor 86.400 segundos. Valem mais que dólares.

É preciso saber usá-los para o bem.

Com eles construímos ou destruímos.

Você A.A. nos ensinou que é preciso viver intensamente cada segundo do dia.

Regular os pensamentos, afastar-se do mal, enveredar por caminhos que levam a lugares de felicidade.

E que ser feliz é uma opção.

Com você A.A. aprendemos que a grande vitória está em vencer cada dia.

Delimitar as andanças. Chegar lá cada dia.

As linhas tortuosas e sem destino são para os tímidos.

Cada A.A. é um corajoso. Decidiu.

Vislumbrou um novo dia. Viveu-o.

Da experiência de um dia, motiva vitória para outro dia, sem que o ontem interfira no hoje.

O A.A. é um vitorioso, cada dia.

E isso é muito. UMA vitória por dia.

Quantos não conseguem repousar no travesseiro porque faltou-lhes UMA VITÓRIA.

Na sociedade competitiva isso é bom para mim:

“se alguém perdeu é possível que eu tenha ganho”.

E o A.A. não se satisfaz apenas com a SUA vitória,

sai à procura de alguém QUE QUER VENCER.

A decisão é dele. Mas eu posso ajudar.

Paciente, silente, compartilhando,

vai mostrar com carinho que é possível vencer, ser feliz.

É o bom samaritano.

Não pode passar ao largo sem ajudar.  
Dá de si, por inteiro.  
Só a felicidade do OUTRO interessa.

Conta-se que um pastor, numa fria noite de natal,  
após visitar algumas residências, ao percorrer ruas despovoadas,  
vê um garoto carregando um enorme fardo.  
O seu respirar quente evidenciava o esforço.  
— “Menino, esse peso é muito para você,” disse o partor.  
E aquela quase criança respondeu sorrindo:  
— “Não. Não é. Ele é meu irmão.”  
E mostrou o corpo quente de um menino agasalhado pelo amor.

O amor dá forças, além das que conhecemos.

Você, amigo A.A., é exemplo à comunidade.  
A comunidade precisa de você.  
Você está pensando nos “OUTROS”.  
Todos os outros clubes de serviço, sociedades fechadas,  
religiões, filosofias, estão voltadas a ensinar ao homem  
o caminho da felicidade e estacionam num lugar comum.  
“SERVINDO AOS OUTROS ALCANÇAMOS A FELICIDADE”.  
As nossas vitórias pessoais estão relacionadas  
com o que oferecemos a OUTROS. Vocês são exemplos.  
Diz a sabedoria popular que “as mãos que mais dão  
são as mais dignas para receber.

Num dezembro distante, o General W. Booth,  
Comandante Mundial do Exército da Salvação, teve o desejo  
de enviar aos seus comandados, em todas as partes do mundo,  
uma mensagem natalina.  
Redigiu o telegrama e foi fazer o orçamento.  
Quanto custaria? Eram oito palavras, mas estavam  
acima de suas posses. Retornou ao lar, pensou e deixou  
duas palavras apenas: “FELIZ NATAL”, e assim mesmo era muito  
caro. “Terei que deixar em apenas uma palavra”, pensou,  
e escreveu “OUTROS” e todos entenderam a mensagem.

Quantas dúvidas neste mundo.  
Uma pergunta por toda parte. DEUS EXISTE?  
E você A.A. tem a resposta. Você é resposta.  
Você é prova de uma oração atendida.  
A transformação de uma vida só pode acontecer quando  
o “eu” se entrega à vontade Suprema de um Deus bondoso  
e misericordioso.

Na Bíblia, no livro dos Salmos, encontramos as palavras  
de um angustiado, quase desfalecido dentro de si.  
Ele escreve com o coração. O depoimento está no livro  
de Salmos, capítulo 118, versículos 5 e 6.  
“EM MEIO A GRANDE TRIBULAÇÃO INVOQUEI O  
SENHOR, E O SENHOR ME OUVIU  
E ME DEU FOLGA.  
O SENHOR ESTÁ COMIGO NÃO TEMEREI”.  
E ele mesmo acrescentou no versículo 8, do mesmo capítulo,  
“MELHOR É BUSCAR REFÚGIO NO SENHOR”.

Você A.A. é prova de oração atendida.

Assim como do salmista no momento de aflição,  
de um A.A. esta silenciosa prece elevou-se aos Céus:

“CONCEDEI-ME SENHOR, A SERENIDADE NECESSÁRIA  
PARA ACEITAR AS COISAS QUE NÃO PODEMOS  
MODIFICAR,  
CORAGEM PARA MODIFICAR AQUELAS QUE PODEMOS  
E SABEDORIA PARA DISTINGUIR UMA DAS OUTRAS”  
Amém.

E ELE (Deus) ouviu essa voz.

Tenho dito.

## “A VISTA DO MEU PONTO

A.A.

José Wanderley Dias

Hoje é o dia em que devo decidir. E, por mais que haja  
caído, decidirei livremente. Para decretar minha alforria,  
minha liberdade, confessar-me-ei a mim mesmo.

Aceitarei minha limitação. É só a partir daí que começarei  
a crescer. Verei que caí. E só então começarei a levantar-me.

Hoje. Não adiarei mais. O tempo que perdi não me permi-  
te mais demora, mais protelação. É hoje ou nunca.

E como hoje decidirei, entenderei o sinônimo de sempre.

Juntarei meus farrapos. Estou mais em farrapos inti-  
mamente do que possa estar exteriormente.

Porque posso estar em pedaços por dentro, ainda que não  
esteja em andrjos exteriores.

Mas eu não preciso de espelho para saber o quanto me es-  
patifei, o quanto me aniquilei.

Nenhuma treva, porém, resiste à menor chama, à mais  
fraca das lâmpadas.

A treva total não é capaz de engolir o pequeno ponto de  
luz.

Eu acenderei este ponto de luz dentro da profunda  
caverna de mim mesmo.

Hoje. Agora. E, a partir deste instante, seguirei a luz, —  
não mergulharei mais em mim mesmo.

Hoje deixarei a solidão. A pior das soluções. Aquela em  
que não me encontrei. Aquela em que continuamente vinha  
fugindo de mim mesmo, considerando-me a pior, a mais detes-  
tável, a mais abjecta das companhias. Por isto me afogava no  
líquido ardente que me dava a falsa idéia de segurança, de esque-  
cimento.

Mas hoje será diferente. Hoje acreditarei no Infinito. E  
acreditarei que o Infinito acredita em mim.

Por isto mesmo, começarei acreditando em mim.

Mesmo que os outros descreiam. Não quero um concu-  
rso ou uma competição na qual eu tenha de provar ou demons-  
trar o que quer que seja.

Simplesmente não quero ser derrotado por mim mesmo.  
Por isto, hoje começarei a luta.

Ou a continuarei. Hoje. Firmemente. Se cair, levantar-me-  
ei. Hoje não ficarei no chão. Hoje não chorarei, enquanto  
outros se riem desapiedadamente de mim.

Não serei uma triste figura, uma caricatura de ser humano.  
Recompor-me-ei. — : Se possível, fisicamente. Se não for, pelo  
menos espiritualmente.

Hoje levantarei minh'alma. Não o corpo. Hoje levantarei  
meu coração. Não a taça. Hoje levantarei a minha esperança.  
Não a minha desgraça.

Hoje direi não. Firmemente. Sem pretender ser herói.  
Sem dizer que sou o menor. Apenas hoje não quereirei ser o pior,  
não quereirei simplesmente ser pior do que sou.

Hoje virarei as costas ao inferno, à destruição. Pode ser  
que sua atração me faça voltar. Pode ser. Não será, porém,  
sem minha luta, sem minha reação.

Porque hoje eu me convencerei de que não me perdi de  
todo. Acreditarei firmemente que sou criatura e não coisa.  
Gente e não fantasma.

Hoje. Agora.

Não quero anunciar grandes façanhas. Mas quero procla-  
mar que as grandes desgraças não me destruíram nem me des-  
truirão. Porque ainda tenho com que lutar, ainda tenho para  
que lutar.

Hoje perseverarei. Hoje continuarei a luta de todos os

dias. Porque esta não parará nunca.

Hoje o perigo continua. Só que não me pega desprevenido. Só que eu não me acovardei.

Aceitarei a mão amiga, e não aquela que me oferece a destruição. Mas não me considerarei melhor do que ninguém.

Por isto hoje oferecerei também a minha mão. A minha compreensão.

Não farei grande discursos nem ouvirei compridas lengalengas.

Nem falarei em tempos de muitos dias, de muitos meses.

Limitar-me-ei aquilo que me parece racional, possível, humano.

Hoje. Hoje serei livre. Rompere os grilhões de álcool e do vício com todas as suas mil e uma correntes.

Terei coragem de afastar-me da tentação que poderia derrotar-me de novo. Mas não me acovardarei. Porque hoje reunirei minhas forças. Porque hoje é o dia do grande encontro.

Hoje não querer dar marcha à ré e perder a caminhada que me trouxe de volta do abismo.

Por isto hoje é importante. Decisivo. Para mim, que recomeço. Para mim que continuo.

Para mim que sou fraco, mas que tenho a fortaleza de não aceitar que a fraqueza não tenha remédio.

Hoje ninguém zombará de mim. Hoje eu não chorarei de mim mesmo.

Hoje olharei para a altura, mesmo que só hoje comece a sair do charco.

Por isto, hoje é o dia mais importante de toda a minha existência.

O hoje de hoje. O hoje de amanhã. Que significará a vitória sobre o ontem escuro e sem esperança. O hoje de agora. Que o Senhor me auxiliará a fazer o hoje de todos os hojes, o hoje de todo o sempre.

Hoje.

Aos A.A., minha respeitosa homenagem."

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, um "voto de aplausos" ao Grupo de Escoteiros do Ar "Santos Dumont", por ter recebido através de dois de seus membros a honrosa insígnia de BADEN POWELL.

Outrossim, requer que o referido voto seja comunicado ao Grupo de Escoteiros do Ar "Santos Dumont", bem como aos que receberam a Insígnia. Oldemar de Almeida e Leindemir Gabardo no seguinte endereço:

Grupo Escoteiros do Ar "Santos Dumont", Caixa Postal 6025, Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

#### JUSTIFICATIVA:

A insígnia "Baden Powell" é a condecoração máxima que um jovem consegue dentro do escotismo mundial, e justa se torna esta homenagem, pois o jovem Oldemar de Almeida é o primeiro pioneiro paranaense a conquistá-la, e a Senhorita Leindemir Gabardo é a primeira brasileira a conquistar, também, a Insígnia Máxima do Escotismo Mundial, fruto lógico de seu despreendimento e abnegação em prol do escotismo em nossa terra.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, sejam expedidos ofícios aos Exce-

lentíssimos Senhores Presidente da República, JOÃO BATISTA FIGUEIREDO, Chefe da Casa Civil LEITÃO DE ABREU, Ministro da Justiça, IBRAIM ABI-ACKEL, Ministro do Trabalho MURILO MACEDO, pleiteando a promoção do Juiz INDALÉCIO GOMES NETO para o cargo de JUIZ DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO da 9a. Região, para ocupar a vaga decorrente da aposentadoria do Exelentíssimo Senhor Juiz WAGNER DEDLA GIGLIO.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

(a) LÁZARO DUMONT.

#### JUSTIFICATIVA:

O doutor INDALÉCIO GOMES NETO, magistrado que muito tem contribuído para harmonizar as controvérsias entre empregadores e empregados, com indiscutíveis benefícios à Justiça e a paz social, já em julho de 1974 foi promovido a Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Crímina (SC), pelo critério de merecimento.

Levando em conta o meritório e destacado trabalho que o referido magistrado vem desenvolvendo no Estado do Paraná, e face à dignificação que empresta à Justiça do Trabalho é que seu nome consta da lista tríplice de candidatos a serem promovidos por merecimento para ocupar a vaga de Juiz Togado no Tribunal Regional do Trabalho da 9a Região, aberta com a aposentadoria do Juiz WAGNER DRDLA GIGLIO, e confiando no consenso geral das autoridades é que pleiteamos a sua nomeação.

Juntamos a este o CURRICULUM VITAE do doutor INDALÉCIO GOMES NETO que bem demonstra a sua capacidade e seus grandes valores culturais adquiridos através de longos anos de pesquisas, cursos e exaustivos estudos do Direito do Trabalho.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores EULER MERLIN, digníssimo Diretor Geral do D.E.R. e NIVALDO ALMEIDA NETO, digníssimo Secretário dos Transportes, reiterando o pedido de cascalhamento e inclusão de verba no orçamento do próximo exercício para reparos da estrada que vai de Nova Laranjeiras (BR 277) até o Rio Piquiri.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

#### JUSTIFICATIVA:

A estrada referida tem aproximadamente 35 km e liga vasta região produtora de milho, arroz, trigo, soja e feijão, além da pecuária leiteira e de corte. É um ponto de ligação entre Campina da Lagoa e o Município de Laranjeiras do Sul, iniciando o trecho no Distrito de Nova Laranjeiras, passando pela Via Paiqueré e, por balsa, transpõe o Rio Piquiri, fazendo ligação entre Sudoeste - Oeste do Paraná, evitando volta de quase 150 km via Cascavel.

A comunidade, há tempo vem apelando às autoridades locais, porém não tem merecido uma resposta concreta sobre a solução do problema.

Como se trata de equacionar os interesses econômicos e sociais do Estado e da região, fazemos este apelo, sustentando por espírito do dever e mister do desempenho parlamentar. Temos certeza de que essa Secretaria e o D.E.R. haverão de corresponder positivamente às esperanças daquela parcela de paranaenses, que tanto contribui para o progresso deste Estado.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados ofícios aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, digníssimo Governador do Estado e EDSON NEVES GUIMARÃES, digníssimo Secretário das Finanças, reivindicando maior prazo para pagamento do ICM.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

#### JUSTIFICATIVA:

Se compararmos os preços da madeira em 1980, mês setembro, com os atuais, facilmente deduziremos que não houve, em um ano, qualquer elevação nos preços, fazendo com que o setor madeireiro permaneça em crise, e com a inflação a aproximadamente 7 por cento ao mês, representa uma queda real de 35 por cento.

A saturação do mercado atual, onde existem mais ofertas do que procura, gera graves problemas com a queda de vendas e baixa de preço, ocasionando o desemprego, pois as madeiras acumulam grandes estoques, forçando a redução do trabalho tornando inevitável as demissões. Consequentemente, vem o problema social imediato e ainda a sobrecarga fiscal.

Outro fator marcante é o prejuízo real da ordem de 10 por cento em decorrência do arrefecimento das vendas, pois o comprador torna-se muito mais exigente em termos de bitola e qualidade, mormente com as ofertas de produtos procedentes da Amazônia legal.

Segundo previsões, com a extração de madeiras da área de Tucuruí, a saturação será maior ainda, e receia-se que não haja mercado no Brasil para toda essa madeira, que será de aproximadamente 5,2 milhões de m<sup>3</sup> para competir no mesmo e tradicional mercado paulista e carioca.

A alta constante do frete, o maquinário para extração e transporte da matéria prima e outros fatores ajudam a sustentar esta crise.

Some-se ainda um dos pontos polêmicos, porém real, da crise global do País, cujos reflexos afetam de maneira sensível a construção civil, agora mais retraído com os percentuais de aumentos nas prestações do BNH. Como o setor está intimamente ligado a esse fenômeno, a consequência é inevitável e de difícil solução para a classe madeireira.

Por isso, é urgente a necessidade da presença decidida do Governo, no sentido de que no menor prazo possível seja resolvido este impasse, com a prorrogação do prazo para pagamento do ICM, nos mesmos moldes concedido à classe moveleira, que foi de 120 dias.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente à TELEPAR, solicitando instalação de um Posto Telefônico, na comunidade de Dom Carlos, Município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

(a) NILSO SQUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Dom Carlos, no Município de Pato Branco, apresenta-se hoje, como uma das localidades onde o desenvolvimento atinge um dos mais altos índices entre os núcleos interioranos.

Com uma crescente expansão agropecuária vem proporcionando o surgimento de uma atividade comercial bastante intensa o que justifica a medida ora pleiteada, uma vez que, tal benefício consolidará o pleno desenvolvimento daquela

rica comunidade do Município de Pato Branco, pois ligado através de telefone à sede do município e aos centros consumidores, proporcionará ao produtor local melhor condições de comercialização para sua safra, melhorando o rendimento e promovendo melhores condições de vida para o homem do campo.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, manifestando o reconhecimento pelas providências já tomadas com vistas à pavimentação da via de ligação entre a sede do Município de São Jorge do Patrocínio à rodovia Pérola-Altônia e solicitando a inclusão da mesma nas obras prioritárias.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Considerando que a comunicação via telefone se constitui em necessidade essencial para a normalidade econômica de uma região;

considerando que o Município de São Jorge do Patrocínio, criado pela Lei n.º 7474, de 22 de junho do corrente ano, com território desmembrado do Município de Altônia, correspondente ao antigo Distrito de São Jorge, apresenta elevado número de produtores que têm dificuldades muito sérias para a efetivação dos contatos com outras localidades, pois o único telefone instalado no Posto de Serviço encontra-se totalmente congestionado no horário comercial;

considerando, finalmente, que a já antiga solicitação de instalação de Central Telefônica, conforme informações, estaria previsto somente para o segundo semestre do ano de 1982.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições legais e como representante do novo município, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Presidente da TELEPAR dirigindo-lhe apelo no sentido de serem tomadas as providências cabíveis visando antecipação da implantação do sistema.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência, o Senhor General RUBEN CARLO LUDWIG, digníssimo Ministro da Educação e da Cultura, com a sugestão no sentido de serem determinados estudos visando assegurar anualmente nas Escolas de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária, mantidas pela União e Particulares, a reserva de vagas preferenciais a candidatos filhos de profissionais no campo da saúde e que exerçam suas atividades efetivamente em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio, a exemplo do que vem ocorrendo com a Lei n.º 5465 de 3/7/68, regulamentada pelo Decreto n.º 63.788, de 12/12/68, que assegura a reserva anual nos estabelecimentos de ensino médio agrícola e nas escolas superiores de Agricultura e Veterinária mantidos pela União, de vagas preferenciais a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural ou em cidades que possuam estabelecimento de ensino médio.

Tal sugestão visa possibilitar a continuidade do trabalho desenvolvido por aqueles profissionais nas cidades e vilas do

interior de nosso País, através de seus genitores no campo da saúde e tendendo com isso, evitar o deslocamento da grande quantidade de profissionais das áreas das ciências médicas do interior para as grandes Capitais, quando seus filhos encontram dificuldades para o ingresso em nossos estabelecimentos de ensino superior.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

(a) FUAD NACLI.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa do documento "Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política", elaborado e distribuído pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - bem como a aprovação de voto de aplauso pelo conteúdo da mensagem, numa análise crítica, objetiva e vigorosa, evidenciando os malefícios do regime em vigor na Nação brasileira.

Requer-se remessa do que for decidido, à CNBB, bem como à Regional CNBB-Sul-2.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

#### PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 87/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de FAZENDA RIO GRANDE, no Município de Mandirituba, com as seguintes divisas:

"Começa no rio Iguaçu, na foz do rio Despique, sobe por este até a foz do rio Abaixo, pelo qual sobe até sua nascente de onde por uma linha seca alcança a nascente do arroio Liminha, seguindo por este abaixo até sua foz no rio Maurício, pelo qual desce até sua foz no rio Iguaçu e por este acima até encontrar a foz do rio Despique, ponto de partida, numa área de 150 km²."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

(a) FUAD NACLI.

#### JUSTIFICATIVA:

A localidade de Fazenda Rio Grande, no Município de Mandirituba, vem apresentando um desenvolvimento dos mais acentuados como parte integrante da região metropolitana de nossa Capital.

Com isso requer melhores condições a fim de se estruturar e dar continuidade ao crescimento que vem se desenvolvendo naquela região de nosso Estado.

A fim de atender às justas reivindicações de sua população é que a edilidade de Mandirituba vem de aprovar, nos termos do Art. 9.º, da Lei Complementar n.º 2 — Lei Orgânica dos Municípios, a Representação do Sr. Prefeito Municipal a esta Casa, solicitação a criação do Distrito Administrativo, o que nesta oportunidade apresentamos à consideração dos nobres Pares desta Casa, e que temos a certeza irá merecer o apoio e a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência registra com satisfação a presença em nosso plenário, do Sr. Vereador José Costa Moreira, Presidente da Câmara Municipal de São Carlos do Ivaí.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, primeiro orador inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trabalhou-se e lutou-se muito para que houvesse a coincidência de mandatos nas próximas eleições de 1982.

Chegou-se até a violentar a consciência nacional quando se prorrogou o mandato dos prefeitos e vereadores.

Agora parece-me que se luta para a descoincidência de mandatos e o Governo pretende criar mais um casuísmo em propondo as eleições em duas etapas e esses casuísmos, Sr. Presidente, Senhores Deputados, não tem outro objetivo senão a perpetuação do autoritarismo que tem infelicitado esta Nação já por esses 17 anos.

Isso demonstra, se não é a má fé, se não é a má vontade de se realizar eleições, se não é o medo que o Governo e o seu PDS têm das urnas, é a incompetência desse Governo, até para as coisas mais simples como se fazer eleições, não vemos dificuldades, Sr. Presidente, em se realizar eleições num mesmo dia para todos os cargos.

Agora até vi o Presidente do PDS, Senador José Sarney, dizer que vai se votar para vice-prefeito, para vice-governador.

Ora, Sr. Presidente, então o Sr. José Sarney, Presidente do PDS, hoje ARENA de roupa nova, com desconhecimento total da legislação, pois se não se vota para vice-governador e nem para vice-prefeito e nem para suplente de senador. Vota-se para o titular do cargo. Então nós temos 6 votos apenas.

Então, para resolver esse problema, é fácil, basta que se adote até aquele projeto do PMDB de se fazer duas urnas: dividir-se na mesma seção eleitoral ou na mesma cabine, duas urnas, uma para os mandatos legislativos e outra para os mandatos executivos. E prorrogando-se ao mesmo tempo, o horário de votação. Que se comece a fazer a votação às oito horas e que se prorrogue por uma ou duas horas, que se diminua o número de eleitores em cada seção eleitoral. Está resolvido o problema, é simples demais.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-me que a má vontade de se fazer eleições e se não é a má vontade, é o medo que o Governo tem, porque está sabendo que o povo está radicalmente contra isso que está aí e que vai votar contra o Governo em 1982. Não adianta que o PDS ponha dois, três candidatos, seja lá quem for, em cargos de governador, porque nós ganharemos sem dúvida, essa eleição, isso está escrito, o povo já está proclamando a vitória da Oposição nas eleições de 1982.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até quero registrar aqui nesta Casa, o meu protesto contra o movimento que se faz para a realização das eleições em 2 etapas e dizer que o processo de votação poderá ser feito no mesmo dia, sem qualquer dificuldade, basta que se tenha boa vontade e que o Governo tenha boa vontade, e capacidade para resolver o problema tão simples, porque, na verdade, o que se pretende neste Governo, é desviar a atenção do povo dos problemas sociais, dos problemas econômicos que estão angustiando esta Nação e que estão levando o povo ao desespero.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha a registrar. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, segundo orador inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto nesta segunda-feira friorenta, para registrar aqui, a nossa estranheza, para lamentar o que ocorrera, dias atrás, conforme afirma o Diário Oficial do dia 26 de agosto, que é, especificamente, sobre as vergonhosas e imorais aposentadorias do Tribunal de Contas do Paraná.

Seria indispensável, fazer aqui um retrospecto de tudo o que diz respeito a estas aposentadorias. Mas, infelizmente, o tempo é pouco e nós nos reservamos no direito de voltar novamente a esta tribuna, para trazermos mais detalhes a respeito deste assunto. Por duas vezes, se não me falha a memória, nós

abordamos este assunto relacionado com aposentadoria do Tribunal de Contas, aqui nesta Casa. Realmente, é de se reite-  
 rar cochilo da nossa Bancada, quando da aprovação de uma  
 emenda maliciosa que por aqui tramitou sub-repticiamente,  
 entrando inclusive em segunda e tão somente em terceira dis-  
 cussão e que deu origem a uma lei que se o Governador do  
 Estado, lá estivesse, para defender com seriedade os interesses  
 do povo do Paraná, com seriedade o dinheiro público, por cer-  
 to teria que ter sido vetado o artigo que deu azo àquela lei.

E o Diário do dia 26, noticia 4 aposentadorias milioná-  
 rias do Sr. Zacarias Seleme, do Sr. Joaquim Penido Monteiro;  
 do Sr. Francisco Borsari Neto, que segundo consta é para as-  
 sumir o cargo de prefeito biônico, quando da descompati-  
 bilização do outro biônico Jaime Lerner e do Sr. Emílio Gomes.  
 É realmente, Sr. Presidente, a forma como essas aposentadorias  
 foram concedidas - uma vergonha. Não tenho nada contra as  
 pessoas aqui enunciadas, não tenho absolutamente nada contra  
 aposentadoria de Tribunal de Contas, mas não posso, meu Par-  
 tido não admite que, aposentadorias dessa forma, com artigo  
 de lei gerando efeitos imorais, uma lei inconstitucional, possa  
 ser aceita pelo Chefe do Executivo.

O Sr. Governador do Estado, é segundo meu entendi-  
 mento, co-responsável por esta imoralidade. Ele sabe muito bem  
 que foi levantado aqui nesta Casa, suspeição a respeito da for-  
 ma como esta lei foi aprovada, ele sabe muito bem que foi  
 daqui desta Casa, levantado suspeitas a respeito da maneira  
 como essas aposentadorias seriam concedidas com base num  
 artigo de lei que estendeu a Membros do Tribunal de Con-  
 tas, direitos que, segundo às leis vigentes, somente Membros  
 do Tribunal de Justiça tinham direito.

Nós voltamos, Sr. Presidente, para deixar registrado nos  
 Anais da Casa, o descontentamento do PMDB, o meu descon-  
 tamento e a minha estranheza pessoal, por essas aposenta-  
 dorias. Tenho dito que o cargo de Governador de Estado, não  
 pertence ao General Ney Braga, o Paraná não lhe pertence,  
 o dinheiro do povo não lhe pertence. E é um absurdo que  
 venha numa época como esta, aceitar, sancionar uma lei com  
 um artigo imoral e inconstitucional. Se o projeto de autoria do  
 Deputado Dácio Leonel de Quadros que visava revogar este  
 artigo de lei fora entendido como inconstitucional pela Comis-  
 são de Justiça desta Casa, como é que a emenda de autoria do  
 Deputado Erondy Silvério e de mais cinco Srs. Deputados,  
 inclusive um deles com interesse porque segundo consta será  
 aquinhoado com uma aposentadoria do Tribunal de Contas,  
 não fora também reconhecida como inconstitucional?

Enquanto o servidor público está a mendigar salários;  
 enquanto o funcionário público está a receber um abono vergo-  
 nhoso através de uma fórmula e de um expediente vergonhoso  
 também, o Governo do Estado está a conceder aposentado-  
 rias milionárias e imorais a meia dúzia de apaniguados, de polí-  
 ticos mal sucedidos como disse o Deputado Dácio Leonel de  
 Quadros. É uma vergonha para nós, é uma vergonha para este  
 Poder aceitarmos passivamente que tais fatos aconteçam à luz  
 do dia.

Enquanto este Governo incompetente, leva para a falên-  
 cia a Previdência Social e quer jogar nas costas do trabalhador;  
 enquanto estas aposentadorias normais do serviço público não  
 correspondam com a verdade, essas aposentadorias do servidor  
 público do Paraná que mais representam pesadelo do que prê-  
 mio; enquanto todos estes tipos de desmandos aqui acontecem,  
 acontecem também estas aposentadorias que de forma alguma  
 poderiam ter sido concedidas à luz de uma lei ilegal e imoral.

E espero, Sr. Presidente, que o Sr. Governador do Estado  
 mais para a frente possa pagar por este erro, mais um erro que  
 comete contra o povo do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao

orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O desabafo do Deputado José Tavares é perfeitamente  
 justificável. Mas é o Braganá, Deputado José Tavares. É o Bra-  
 ganá! É a Capitania Hereditária do Neismo. Infelizmente o Pa-  
 raná está mergulhado nisso há mais de vinte anos.

Estamos endereçando à Mesa, Sr. Presidente, um requeri-  
 mento endereçado ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney  
 Aminthas de Barros Braga, onde nós fazemos algumas coloca-  
 ções com relação às médias e pequenas empresas em débito  
 com o fisco e cujas dívidas de ICM acrescidas de juros, multas  
 e correção monetária acabam duplicando e até triplicando as  
 dívidas.

E fazemos um apelo veemente ao Sr. Governador do  
 Estado. (Lê):

“Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas  
 atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o  
 envio de requerimento ao Excelentíssimo Senhor Governador  
 do Estado do Paraná, encarecendo a adoção de medidas urgentes  
 para evitar a falência do pequeno comércio varejista e das mé-  
 dias e pequenas empresas paranaenses, em débito com o fisco,  
 e cujas dívidas, acrescidas de juros, multas e correção monetá-  
 ria, acabam duplicando e até triplicando.

Nesse sentido é que encarecemos ao Sr. Governador,  
 que seja concedida anistia para as pequenas e médias empresas  
 paranaenses, sobre MULTAS, JUROS E CORREÇÃO MONE-  
 TÁRIA QUE INCIDEM NOS PARCELAMENTOS DO ICM,  
 CONTABILIZADOS NA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO ATÉ  
 O PENÚLTIMO EXERCÍCIO, ENCERRADO EM 31 DE DE-  
 ZEMBRO DE 1979.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

No dia 21 de agosto de 1980 esta Casa de Leis apreciou  
 e aprovou requerimento deste Deputado, endereçado ao Sr.  
 Governador, solicitando anistia fiscal para as pequenas e médias  
 empresas paranaenses, sobre multas, juros e correção monetá-  
 ria que incidem nos parcelamentos do ICM. No dia 17 de no-  
 vembro de 1980 recebemos resposta do Sr. Edson Neves Guima-  
 rães, Secretário de Estado das Finanças, colocando a impos-  
 sibilidade de atender tal reivindicação por uma série de fa-  
 tores.

Realizamos levantamento na Cidade de Londrina e consta-  
 mos que as execuções fiscais naquele município atingem hoje  
 UM BILHÃO DE CRUZEIROS, assim divididos: 300 milhões  
 de impostos e 700 milhões de juros, multas e correção mone-  
 tária. Acrescente-se a isso, na cobrança judicial, dez por cento  
 de honorários.

E o que é mais condenável é que, assim que a ação chega  
 ao Forum, o Banco do Brasil e o Banco do Estado do Paraná  
 cortam o crédito do pequeno comerciante, criando uma situa-  
 ção insustentável, o que acaba gerando novos desempregos.

As pequenas e médias empresas estão sufocadas.

Não é justo que o Estado deixe de zelar pela participação  
 e desenvolvimento de suas empresas. De outro lado, é uma  
 maneira de o Estado regularizar a situação das pequenas e mé-  
 dias empresas, que poderão atualizar-se, recolhendo o ICM  
 sem outros encargos. O Governo do Estado do Paraná deveria,  
 com urgência, encontrar caminhos para a solução do problema,  
 buscando composições, acertos ou simplesmente anistiando”.

Em Londrina, tivemos ontem à tarde, durante 4 horas  
 e meia, reunião com desempregados e líderes sindicais. Com a  
 presença de centenas de desempregados. Em Londrina temos  
 hoje índices alarmantes de desemprego. E uma coisa puxa a



outra. Se a empresa, sente dificuldades ela acaba despedindo e visitamos 5 firmas de Londrina e em um mês, estas 5 firmas despediram 450 funcionários. Quando Delfim vem na televisão e diz que não há desemprego, nós só podemos taxar o Sr. Ministro do Planejamento de esquizofrênico, de louco, e desinformado, de "puxa saco" das multinacionais; porque o desemprego está aí à vista de todo mundo. E nós apelamos pela segunda-vez, ao Sr. Governador do Estado, no sentido de amparar as médias e pequenas empresas do Paraná, que o BADEP dê um apoio mais direto, que deixe de ser banco de investimento, para ser banco de desenvolvimento. E que o Banco do Estado do Paraná, o BANESTADO e o Banco do Brasil, parem de cortar o crédito do pequeno comerciante, quando ele tem uma ação judicial sobre ICM que não foi recolhido.

Não foi recolhido, não por malandragem, Sr. Presidente, é porque as empresas estão realmente sufocadas por esta política econômica do Governo.

Peço e faço um apelo patético ao Governador Ney Braga, que esqueça um pouco a política, a eleição em 82, a eleição dos seus candidatos e que olhe para as médias e pequenas empresas paranaenses.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

Antes porém, esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença neste plenário, do Vereador Francisco Adelino Wege, do PDS do Acre, do Município de Feijó.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Existia em Paranaguá um problema que já se arrastava por vários meses, mais de um ano, sem que houvesse uma solução.

Exatamente aquele que ocorria com os moradores do Jardim Samambaia.

Na quinta-feira, estivemos no Rio de Janeiro, quando na Presidência do BNH, em contato com o Sr. Presidente e com o Chefe de Gabinete, ficou estabelecido que o BNH faria um refinanciamento, um parcelamento para que aqueles mutuários que por duas vezes tiveram os seus débitos prorrogados pela COAB mas que não resolvia, apenas era uma medida protetória, não resolvia em virtude de que decorridos os 6 meses, teriam que pagar novamente o débito atrasado e mais aqueles 6 vencidos, além das prestações vincendas.

O nosso apelo encontrou ressonância consubstanciado num trabalho feito pelo Governador Ney Braga que respaldou em todos os instantes, em todos os momentos, a nossa iniciativa.

E em função de termos conseguido o nosso objetivo, o nosso "desideratum", estamos enviando telex hoje ao Presidente José Lopes de Oliveira, vasado nos seguintes termos: (Lê):

"Profundamente sensibilizado com a atitude humanística de Vossa Senhoria, quero, pelo presente, agradecer sua intercessão com relação ao problema dos moradores do "Jardim Samambaia", em Paranaguá, que chegou ao fim desejado.

Do refinanciamento autorizado por Vossa Senhoria, dos déficits dos mutuários em atraso, por impossibilitados de pagar, face à carência do custo de vida, veio dar alento àquela gente sofrida.

Tenha Vossa Senhoria a certeza de ter grangeado tanto deste Parlamentar, como de todos os moradores do local, as simpatias e os agradecimentos, por gestos tão humanos."

É este o teor do telex que, se aprovado por esta Casa, será enviado ao Sr. Presidente do BNH, a fim de demonstrarmos nosso reconhecimento, a nossa simpatia por este gesto sensível do Presidente do BNH.

Não fosse esta determinação, esta solução, nós entendíamos que haveria um problema social dos mais graves, em Paranaguá, como de outros municípios, por este Brasil afora, essa medida é de caráter nacional, não é específica para o Jardim Samambaia.

E, no momento em que enviamos este telex, cumprimentamos a liderança que sempre tivemos, para conseguirmos este objetivo, do Governador Ney Braga.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Das milhares de fórmulas que estão sendo comentadas, e que constituiriam a reforma eleitoral, vem mais uma à discussão:— a da realização das eleições em dias alternados.

Entendo que quem propõe uma medida destas, em primeiro lugar, não está pensando sob o aspecto econômico. Porque, quem tem algum conhecimento de campanha política, principalmente a nível municipal, sabe de que os últimos 3 dias de uma campanha eleitoral, praticamente correspondem a cinquenta por cento do gasto que se tem em toda uma campanha eleitoral.

Assim, o primeiro aspecto negativo, é o aspecto econômico do elevado custo da campanha política; em segundo lugar, é de que esse problema pode ser perfeitamente contornável, pela simples produção de mais uma cabine eleitoral.

O eleitor, no mesmo ato, na mesma Mesa, tem condições totais, pode-se criar condições técnicas totais de fazer com que o eleitor não seja levado a confundir o voto para o município, o voto para Governador, o voto para Vereador, o voto para Deputado.

Isto é uma questão técnica facilmente contornável.

O que eu acho, Sr. Presidente, é que o Ministro da Justiça na sua autoridade, deveria propor à Nação - quando ele mesmo defende o pluripartidarismo - deveria ele mesmo fazê-lo em termos racionais, em termos que atendessem a uma lógica, ao conhecimento que a própria humanidade tem hoje, sobre sistemas eleitorais, ou seja, o pluripartidarismo, um regime partidário com mais de dois partidos, dizem os estudiosos e os maiores tratadistas, de que o pluripartidarismo não é uma invenção gratuita. Mas, ele é uma resultante do sistema eleitoral.

Há que se fazer uma distinção entre sistema eleitoral e sistema partidário.

Sistema eleitoral é a maneira, é a técnica de como as eleições se realizam; sistema partidário é o mecanismo, a coordenação, a disciplina dos partidos políticos.

Ora, um sistema eleitoral de eleições em um turno só, gera, como consequência, o bi-partidarismo, 2 partidos. Há uma regra geral, em todas as Nações democráticas do mundo, em que se vê - e a única exceção é os Estados Unidos da América do Norte.

Eleições em mais um turno de votação, gera o multipartidarismo.

Daí o exemplo típico da França, em que há pouco tempo, assistimos as eleições francesas. No primeiro turno das eleições, todos os partidos políticos concorrem com os seus candidatos.

No segundo turno, só os dois mais votados, para se obter, então, a decisão democrática da maioria.

No primeiro turno das eleições, se possibilita ao grande eleitorado nacional, tomar conhecimento da representatividade, do que os vários nomes, os vários partidos concorrentes estão representando para o eleitor.

Se fosse o caso brasileiro de se realizar em dois turnos, saberíamos; no primeiro turno das eleições, todos os partidos poderiam concorrer com os seus nomes.



No segundo turno, apenas os dois mais votados. Aí então, é que haveriam antes das eleições os acordos partidários que normalmente ocorrem, como ocorreu na França.

Então, o sistema eleitoral que, realmente, determina o tipo de sistema partidário que se vai ter.

Se se quer, no Brasil, o sistema pluripartidarista, não se pode fugir desta técnica eleitoral que são os dois turnos de votação.

Agora, o que se quer fazer no Brasil, é exatamente o inverso: é pegar uma eleição majoritária e dividi-la em dois dias, na mesma eleição.

Ora, isso só tem uma causa: — é a causa de manter o poder com quem está. Porque, não há outra condição explicativa, por razões econômicas, por razões técnicas e até mesmo razões políticas. Não há explicação. Então, no meu entendimento é mais um casuísmo. Porque, é evidente que, a situação, se correrem as eleições municipais primeiro, terá a maioria dos municípios em seu poder. É evidente que há uma certa lógica, porque se ocorrerem as eleições municipais primeiro, a situação terá maiores condições de ganhar. Porque, há uma tendência, o princípio de autoridade, em países subdesenvolvidos, como o Brasil, o princípio da autoridade existe. É aquela coisa de sempre votar com o Governo.

Sr. Presidente, fiz questão de me posicionar. Porque, entendo que esta é uma aberração a mais nas que estão sendo produzidas pelos laboratórios do sistema.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os “experts” em luta insurrecional se preocupam, antes de tudo, com a obtenção de apoio popular, a fim de que fique assegurado o sucesso do movimento.

A conquista do apoio popular advém pelo desfraldamento da bandeira de reivindicações, bem ao gosto das massas, que passam a ser mobilizadas. Se o povo sentir que os insurretos falam a linguagem, e pregam a defesa do seu interesse, não terá dúvida em apoiá-lo.

Foi o que aconteceu em 1964.

Os golpistas de 1.º de abril haviam desfraldado a bandeira do combate à subversão e à corrupção. A grande imprensa bateu, insistentemente, nessa tecla, numa intensa e violenta campanha de descrédito contra o governo constitucionalmente constituído. Mal informado, e insidiosamente trabalhado, o povo se deixou embalar pelos “slogans” difundidos nos jornais e nas emissoras. Consentiu, pois, no golpe armado de 1964.

A realidade posterior se mostrou bem diferente. E o povo se sentiu traído.

A tecnocracia se apossou dos postos-chave da administração pública direta e indireta: Formou uma casta de intocáveis com privilégios cada vez mais amplos e cada vez mais odiosos, embora a incompetência e o desamor ao País sejam o seu apanágio.

Os atos institucionais repressores e os órgãos de segurança de ação sem qualquer barreira criaram o ambicionado clima de terror e de intimidação. Prisões arbitrárias, processos à socapa, sem direito de defesa, torturas cientificamente aplicadas, desaparecimentos inexplicados, mortes ultrajantes, e encobertas pelos sepultamentos clandestinos, o exílio em massa, tudo isso contribui para o amordaçamento da imprensa e para a impunidade dos crimes.

A corrupção começou a imperar. Vem, de ano para ano, de governo para governo, num crescimento espantoso. Prevalece em todos os níveis, agora a descoberto. Sem pudor e sem remorso, porque ninguém a reprime, porque ninguém

a condena. Tornamo-nos, a partir de 1964, o paraíso das multinacionais, em razão da desnacionalização progressiva da nossa economia, o que enseja lucros extraordinários, e não policiados, aos intermediários entreguistas. A compra do acervo da Bond and Share, a compra da Light, a compra das empresas telefônicas e de rádio-comunicações, os acordos secretos com a Alemanha sobre usinas nucleares, a entrega ao estrangeiro das nossas jazidas de minério de ferro, de cobre, de estanho e alumínio, a venda criminosa de ações da Cia. Vale do Rio Doce, a quebra do monopólio estatal do petróleo através dos contratos de risco para prospecção e extração do óleo negro, a desestatização de empresas para sua entrega aos capitais estrangeiros, pondo em risco a Segurança Nacional, a tentativa atual de internacionalização da exploração do xisto pirobetuminoso de São Mateus do Sul representam alguns dos aspectos de corrupção ativa e passiva de ministros de Estado, de diretores de autarquias, de autoridades financeiras, etc. etc.

Sucedem-se, no plano de economia privada, os escândalos, coniventes nos mesmos autoridades públicas. É o estouro de financeiras, com dilapidação descontrolada dos depósitos populares e com manejo clandestino de dólares. É a falência fraudulenta de consórcios de automóveis e outras utilidades e de empresas de segura e aposentadoria. É a proliferação de indústrias-fantasmas, para a obtenção de financiamentos irregulares, desviados para viagens de recreio e para artigos de luxo supérfluos. É a existência de escolas clandestinas, que expõem diplomas falsos de especialização profissional. É o anseio de enriquecimento ilícito imediato, em todos os setores em qualquer oportunidades.

Os crimes contra a economia popular e os crimes contra o patrimônio público nacional fazem parte da rotina diária, porque tradicionalmente impunes os seus autores, a gozarem, em plena liberdade, as benesses de sua desonestidade e do seu descaramento.

Se os estrategistas da “guerra fria” denunciavam a União Soviética pelo seu “jogo de dominó”, segundo o qual uma pedra derruba outra, até ser derrubada a totalidade das pedras, existe igualmente, no campo de corrupção, uma outra espécie de “jogo de dominó”. Ao invés de tombarem países sob o jugo soviético, tombam homens moralmente frágeis, de escasso caráter, de nenhum escrúpulo.

Quando percebem a inocuidade de denúncias feitas pela imprensa e pelas Comissões Parlamentares de Inquérito, em que os autores dos crimes denunciados não sofrem pena alguma, sendo, ao contrário, sorridentes usufrutuários de tais crimes, os criminosos em potencial se animam e se atrevem, cada qual no seu âmbito de ação. Dentro de um raciocínio simplista, argumentam que também têm o direito de aproveitar a ocasião para enriquecerem, se assim o fazem ministros, tecnocratas e todo o resto da fauna que está sugando a Nação, até a última gota de sangue. Na certeza de que não sobrevirá o castigo, ousam e se afoitam os corruptos incubados, de gabarito bem mais baixo do que os que engendram golpes contra a economia do País.

O Prefeito de Grandes Rios, Sr. Antônio Dirceu Ferrari, é caso típico de corrupto-mirim. Deve ter-se deixado impressionar pela reiterada falta de punição aos que se envolvem em desfalques, suborno, fraudes e negociatas. Se a impunidade; em tais casos, se tornou norma geral, por que não aproveitar-se ele também, num município distante, de tão ralo vigiamento dos atos do prefeito?

Alguns pequenos atentados à legislação em vigor e alguns atos de arbítrio constituíram o primeiro passo. Nada aconteceu de mal para o infrator. Fato estimulante, pois!

Apalpado o terreno, e constatada a falta de policiamento, o prefeito Antônio Dirceu Ferrari perdeu o temor. Diz um adágio que “a ocasião faz o ladrão”.

O Vereador de Grandes Rios, Sr. Edson Silva Lino, o

apanhou, todavia, em flagrante delito. Estava de vigia, a zelar pela correta aplicação dos dinheiros públicos. E pegou o Prefeito Antônio Dirceu Ferrari com a boca na botija, tendo-o enquadrado no Código Penal Brasileiro (artigo 297 e seu parágrafo 1.º), e nas penas previstas por infração do artigo 92, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e do artigo 1.º, incisos I, IV e XI, do Decreto-Lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1977.

A Lei n.º 4.320 estatui normas de Direito Financeiro, para elaboração e controle dos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios. O seu artigo 92 foi violado porque, determinando que "o registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por credor", e havendo o prefeito relacionado, como restos a pagar do exercício financeiro de 1978, cerca de 21 credores, com dívida no total de Cr\$ 313.472,25 (trezentos e treze mil, quatrocentos e setenta e dois cruzeiros e vinte e cinco centavos), procedeu, no entanto, o pagamento, em exercícios financeiros posteriores, a título de "prestação de contas", de soma em dinheiro muito maior, para número bem maior de credores, sem que de tais créditos tivesse havido, em tempo hábil, o empenho, como rezam taxativamente a Lei Orgânica dos Municípios e a Lei n.º 4.320 (artigo 60).

Estamos de posse de documentação completa a respeito, com a realação dos credores não habilitados nos restos a pagar de 31 de dezembro de 1978, e em número de 73, importando os débitos no total de Cr\$ 185.742,39 (cento e oitenta e cinco mil, setecentos e quarenta e dois cruzeiros e trinta e nove centavos), afora os já mencionados Cr\$ 313.472,25.

Estão em nosso poder cópias autenticadas dos recibos, de valores diversos de tais credores, e cujo pagamento se tornou irregular por falta do devido empenho e por falta de sua discriminação quando da menção dos RESTOS A PAGAR do exercício de 1978.

Essa documentação se acha à disposição dos Srs. nobres Deputados, para verificação e comprovação da denúncia que ora fazemos.

Um pormenor, de grande significação, prendeu nossa atenção, quando fizemos acurado exame da documentação em nosso poder.

A agência do Banco Bamerindus do Brasil enviou à Prefeitura Municipal de Grandes Rios, em data de 16 de novembro de 1978, o histórico de movimento da conta, como de praxe, nos seguintes dizeres:

"Valor que estamos debitando ref. Transferência para a conta de Vera Inácio de Almeida Ferrari, e ou conforme instruções de Vossas Senhorias. Cr\$ 5.000,00".

Ora, a Senhora Vera Inácio de Almeida Ferrari não é funcionária da Prefeitura Municipal, e, sim, esposa do Prefeito Antônio Dirceu Ferrari. A título de que, pois, esse pagamento? Por serviços prestados à Prefeitura, não o foi. Deve ter sido, então, por serviços prestados PESSOALMENTE ao Prefeito. Não nos conta, todavia, que haja dotação, em orçamento público, para pagamento de semelhantes SERVIÇOS.

Cabe ao Prefeito apresentar a necessária justificação sobre a legalidade de tal pagamento.

Salta aos olhos a falta de sintonia entre o saldo bancário, a 31 de dezembro de 1978, na agência do Banco Bamerindus do Brasil de Grandes Rios, e o saldo de contabilidade na mesma Conta/Movimento. A agência bancária referida apresenta, no seu demonstrativo, o total de Cr\$ 79.033,72 (setenta e nove mil, trinta e três cruzeiros e setenta e dois centavos), ao passo que o saldo de contabilidade registra nada menos do que Cr\$ 336.965,16 (trezentos e trinta e seis mil, novecentos e sessenta e cinco cruzeiros e dezesseis centavos), havendo, portanto, uma diferença a menor de Cr\$ 257.931,44 (duzentos e cinquenta e sete mil, novecentos e trinta e um cruzeiros e quarenta e quatro centavos).

Acresce o fato de que, em épocas diversas, não houve contabilização de créditos, no montante de Cr\$ 20.000,00

(vinte mil cruzeiros), de débitos efetuados pelo banco, no montante de Cr\$ 242.661,69 (duzentos e quarenta e dois mil seiscentos e sessenta e um cruzeiros e sessenta e nove centavos), e de cheques debitados, não pertencentes à conta/movimento aludida, ao montante de Cr\$ 160.272,83 (cento e sessenta mil, duzentos e setenta e dois cruzeiros e oitenta e três centavos), sob a alegação de desconhecimento de sua origem.

No quadro dos débitos efetuados pelo banco, e não contabilizados, se inclui, também, o de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), transferido da conta/movimento da Prefeitura Municipal para a conta/movimento particular da Senhora Vera Inácio de Almeida Ferrari.

O inciso I, do artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 201, de fevereiro de 1977, estabelece como crime de responsabilidade:

"I - Apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-las em proveito próprio ou alheio."

Embora estourada no banco a conta/movimento da Prefeitura Municipal de Grandes Rios, houve o pagamento ilegal de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) à esposa do Prefeito, Senhora Vera Inácio de Andrade Ferrari. O fato constitui crime de apropriação de dinheiro público municipal.

Muito estranho, por sua vez, o que ocorreu com os recibos de números 1254 e 1255, ambos sem data. O primeiro é do valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), e o segundo, com data em branco, também conservou em branco a importância em dinheiro que deveria especificar a importância, a ser recebida, também em branco, foram assinados pelo Vereador José Carlos Rosa. Esses documentos são prova material de infringência do inciso VI, do artigo 56 da Lei Orgânica dos Municípios, que "veda ao vereador, desde a diplomação, aceitar cargo, função ou emprego remunerado na Prefeitura Municipal". Apesar de tal proibição, o Vereador José Carlos Rosa especifica, no recibo n.º 1254, que recebeu a importância de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS. Por compadrismo, ou não, tais recibos constituem documento de natureza tão grave que o vereador poderá vir a perder o respectivo mandato.

O Prefeito Antônio Dirceu Ferrari não se amofina diante dos sucessivos atentados que pratica contra a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e do Decreto-Lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1977. A Lei Orgânica dos Municípios é letra morta para ele.

Em razão disso, recusa-se a cumprir o dispositivo no item VII, do artigo 75 da Lei Orgânica dos Municípios, que obriga os prefeitos a remeterem à Câmara Municipal os balancetes mensais da Prefeitura. O Presidente do Legislativo de Grandes Rios reiterou a solicitação da remessa mediante diversos ofícios, dentre os quais os de n.ºs 34/80, de 16 de outubro de 1980, 38/80, de Antônio Dirceu Ferradi lhes tivesse dado o necessário atendimento.

É o regime de irresponsabilidade, de vaidade tola, do arbítrio. Para o chefe do Executivo Municipal, o Poder Legislativo de Grandes Rios carece de força e de competência para exigir tanto de quem não tem que lhe dar satisfações.

O Prefeito Antônio Dirceu Ferrari ousou mais outra tentativa de desprestigiamento da Câmara Municipal, ao assinar convênio entre o município e a FUNDEPAR, sem que os vereadores o tenham posteriormente aprovado. Havia a Lei n.º 48/78, autorizativa para celebração de convênio com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, visando a construção de quatro salas de aula, localizadas na zona rural de Grandes Rios. O Prefeito se apoiou em tal lei, e achou desnecessário submeter à aprovação do Legislativo o convênio a que aludimos. Recebeu a importância em dinheiro, a título de auxílio para as obras, no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), sem que tenha havido prestação de contas sobre sua aplicação.

Certidão fornecida pela Câmara Municipal comprova, de

sobejo, que o convênio passou a ser convênio-fantasma, porque irregular e ilegal, e, por sua fraude, está sujeito à penalização, na forma do Decreto-Lei n.º 201, o Prefeito Antônio Dirceu Ferrari.

O Vereador Edson Silva Lino e o Vereador Marcelo Hambowski emitiram parecer contrário ao parecer prévio do Tribunal de Contas, de aprovação à prestação de contas do Prefeito Antônio Dirceu Ferrari, de Grandes Rios, e referente ao exercício financeiro de 1978, com enumeração da longa série de irregularidades encontradas. Consideram ambos créditos fantasmas os recibos por credores não relacionados nos restos a pagar do exercício de 1978, e fizeram graves reparos a muitos outros vícios e erros constatados na verificação das contas do Prefeito.

O Sr. Antônio Dirceu Ferrari se sentiu ofendido com a atitude honesta e corajosa daqueles edis. Passou a pressioná-los e a perseguí-los, sobretudo o Vereador Edson Silva Lino.

A situação de tal modo se agravou, em matéria de atos arbitrários, que o Vereador Edson Silva Lino viu ameaçada a sua própria integridade física, só pelo fato de haver cumprido o dever.

Com corolário, o Vereador Edson Silva Lino contratou os serviços advocatícios do Dr. Valmor Giavarina, ex-deputado estadual, nesta Casa, com o fito de enquadrar o Prefeito Antônio Dirceu Ferrari por infringência premeditada de disposições da Lei n.º 4.320 e do Decreto-lei n.º 201.

A petição, com data de 10 de julho último, já foi endereçada ao Meritíssimo Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Grandes Rios, e, após a enumeração da sucessão dos graves delitos cometidos, conclui nestes termos:

“Isto posto, requer:

- a) “Que se digne Vossa Excelência em abrir vista do presente ao representante do Ministério Público para o oferecimento da denúncia”;
- b) “Que se notifique o acusado para apresentar sua defesa prévia no prazo de cinco dias, como prescreve o inciso I do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 201”;
- c) “Que seja decretada a prisão preventiva do acusado por infração dos incisos I e II do artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 201, ou afastado do exercício do cargo durante a instrução criminal, como determinam o inciso II do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 201”.

Embora lambari no grande poço de corrupção, enquanto vorazes pintados ali se cevam impunemente, é tempo de Justiça de nossa terra dar um exemplo. A penalização de um corrupto conterà, por cento, o afã de enriquecimento ilícito de outros. Esta, a magnífica oportunidade de enquadramento do delinquente, porque documentos existem de sobra comprovando os abusos e as ilicitudes de quem estava se considerando acima da lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Pausa) (Declino).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso de seu horário. (Declina).

Consulto a Liderança do PMDB.

(Falará o Deputado Gernote Kirinus).

Com a palavra, o nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste último fim-de-semana, ocorreram dois eventos que merecem a nossa atenção e também o registro nos Anais desta Casa.

O primeiro ocorreu em Foz do Iguaçu, onde se realizou o II Simpósio Nacional Pró Autonomia das Cidades Impedidas de realizar eleições diretas nas assim denominadas áreas de Segurança Nacional”.

A este evento, a este acontecimento, acorreram Deputados de vários Estados e de vários Partidos; estiveram também Prefeitos, Vereadores, representantes de várias áreas de Segurança Nacional de todo o País.

Ainda que dificultado pela precária situação de pouso em que se encontra o aeroporto Nacional de Foz do Iguaçu, mesmo assim, podemos dizer com serenidade, de que o evento marcou a história naquele extremo Oeste do Paraná.

Há chegado o momento em que as populações habitadas naquelas áreas, injustamente consideradas áreas de Segurança Nacional, estão dizendo o seu “basta”, para tal expúrio e tão incompreendido Decreto-Lei.

Já por várias vezes daqui denunciemos que, de segurança, nada oferecem. Já, aqui, nesta Casa, foram denunciados os abusos ao tráfico de influência, o abuso de poder cometido naquelas áreas de Segurança Nacional.

E pudemos ver, naquele simpósio, o testemunho trazido, inclusive, por vereadores do próprio Partido do Governo, de que os fatos se repetem, em todas as regiões onde existem prefeitos nomeados.

E logo no início desse simpósio, vereadores colocaram a sua posição. Que passarei a ler, para que fique registrado também nos Anais desta Casa.

Dizem os Vereadores em seu documento. (Lê):

“Nos insurgimos, e o fazemos com a experiência de quem vive militando na política desde a criação dessas “áreas de segurança”, contra a nomeação de Prefeitos feita pelo Governador do Estado com a aprovação do Presidente da República (Letra b, inciso II, do artigo 15 da C.F. e artigo 2.º, da Lei n.º 5.449, de 4 de junho de 1968).

E nos insurgimos contra essa medida pela sua demonstrada ineficácia como instrumentos de coibição de abusos que não de ser outros; mais do que a sua reconhecida ineficácia, os seus efeitos funestos para a administração local, de vez que as nomeações, longe de atenderem os interesses da Comunidade, recaem, quase sempre, em pessoas estranhas, desconhecedoras por completo dos problemas dos Municípios que, por favor governamental irão administrar.

Temos observado ao longo de nossa trajetória política, que os municípios que integram a “área de segurança nacional” no Oeste do Paraná, com alguma honrosa exceção, se lastimam pelas vozes mais autênticas de sua sociedade, pelos constantes desacertos a que são submetidos, cassados que são, pela lei, dos instrumentos punitivos que a regra impõe como medida coibidora de abusos administrativos.

Prefeitos nomeados sujeitam-se ao processo judicial por crimes de responsabilidade, como se eleito fosse”.

Dificuldades do prefeito nomeado.

“E, segundo se nos afigura, o espírito da Lei. Sujeitam-se também, teoricamente, às punições estabelecidas pela Lei, para os casos de infrações político-administrativas, julgadas pela Câmara. Teoricamente, reafirmamos, porque a prática, lamentavelmente, nos tem demonstrado uma outra face, sem o brilho de seriedade que a lei pretende impor aos administradores públicos.

Diz-nos a melhor doutrina jurídica que, uma vez empossado, não há como se distinguir o Prefeito nomeado do Prefeito eleito, para fins de responsabilização criminal.

Se a doutrina é coerente, na prática ela é completamente inócua.

Nomeados que são pelo Governador do Estado, com a aprovação do Presidente da República, são esses Prefeitos, considerados pessoas de confiança da autoridade nomeante e pelo próprio caráter da investidura, pressupõe a existência

de um outro vínculo, diferente do "mandato". Ocupam eles, "cargos" de confiança e a sua destituição somente poderá ser feita pela autoridade que os nomeou.

A sociedade política vê, dessa forma, frustradas as suas pretensões de exercício de uma fiscalização sobre os atos do Executivo Municipal quando lhes foge das mãos, os instrumentos punitivos.

O Prefeito nomeado pode ser dispensado de seu cargo quando decair da confiança do Governador ou do Presidente da República. Quando, perguntamos, isso acontece? Quem aponta os desacertos administrativos, a corrupção velada e os abusos de um poder que creem inatingível?

Esta a posição levantada pelos Vereadores do Leste do Paraná. E que não resta dúvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diz exatamente o anseio que encontramos naquelas áreas de poderem exercer o direito mais legítimo. É o protesto mais veemente pela discriminação que se faz a cidadão que habita as referidas áreas. Discriminação eleitoral, discriminação de voto, discriminação, inclusive, no seu próprio título de eleitor, na sua própria condição de cidadãos.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que transcrevemos a posição de Vereadores do PP, PMDB, PTB, e alguns do PDS, que lá compareceram e subscreveram a Carta de Foz do Iguaçu, que pediríamos ao Sr. Presidente e à Mesa que constasse no nosso pronunciamento.

**O Sr. Nilton Friedrich** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, gostaríamos de aproveitar, para que constasse dos Anais desta Casa, neste aparte, esse extraordinário trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Deputado do PMDB Maurício Fruet e, aqui, pelo Deputado que está na tribuna, exatamente no sentido de implementar e dinamizar o Comitê de Defesa da Autonomia Municipal, não só nas áreas de Segurança Nacional, como também, nas estâncias hidrominerais e nas Capitais, atingindo só nesta, 15 milhões de habitantes que gostariam, e sonham, com o retorno, ao poder e ao direito de votar.

Por essa razão, o Encontro de Foz do Iguaçu, que nós, por um compromisso já anteriormente assumido, não pudemos comparecer. Mas, que ainda falávamos, sábado de manhã, com um Vereador de Santos, que estava ajudando a coordenar o trabalho, e deu uma demonstração mais evidente de que, muito além da proposta do Ministro da Justiça, que acena com a possibilidade de apenas 100 municípios obterem o retorno de sua autonomia, na condição de, ao menos, elegerem os seus prefeitos, precisamos pressionar ainda mais para que os 130 municípios do Brasil, voltem a serem tratados como municípios emancipados, autônomos e que os seus cidadãos tenham ao menos esse direito civil: de votar e ser votado. Mais perto, portanto, der o Executivo os anseios de cada comunidade.

Parabenizo com sua posição, principalmente, pelo trabalho que vem sendo desenvolvido por esse Comitê, que está articulando e organizando os diversos Vereadores, Deputados e Líderes comunitários das áreas de Segurança Nacional e as áreas consideradas também como as Capitais, para que nós possamos, através desse esforço, desmoralizar essa já tão decantada e desmoralizada conceituação de Segurança Nacional.

Por isso, só nos resta cumprimentá-lo, não só cumprimentá-lo, como, estimulá-lo, para que, encontros como o de Foz do Iguaçu se repitam e, acima de tudo, que não fiquemos passivos com esta iniciativa acanhada do Governo, de propor uma solução já aleijada, paraplégica porque não é a que nós queremos.

Era o que tínhamos neste aparte, cumprimentando-o mais uma vez pela posição firme dos que estão liderando esse Comitê, e que estão obtendo grande sucesso, receptividade em toda a área de fronteira que vejo em minha região onde o gran-

de elã de ligação de eleição com o povo está em que: "Prefeito, para ser Prefeito, tem que ser eleito". É o princípio básico desse seu trabalho.

Meus parabéns!

**O SR. GERNOTE KIRINUS** — Agradeço o aparte de apoio do nobre Deputado Nilton Friedrich, Líder da nossa Bancada.

Encerrando, Sr. Presidente, gostaria de apenas registrar e dizer, de forma enfática: o Comitê, pela autonomia dos municípios, embora tenha se concentrado mais no tocante às eleições municipais, em áreas de segurança, quer também, segundo os seus Estatutos e objetivos, atingir a autonomia dos municípios, fora dessas áreas, onde, todos os municípios do Brasil que hoje estão penalizados por falta de uma adequada reforma tributária.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE (João Mansur)** — A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Ausente).

Concedo a palavra, em nome do PDS, ao Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

**O SR. AIRTON CORDEIRO** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de abordar o assunto principal que me traz a esta tribuna neste momento, gostaria apenas de fazer uma alusão ao pronunciamento do eminente Deputado José Tavares, quando, no Pequeno Expediente, fez referências a algumas aposentadorias que ocorrem no Tribunal de Contas do Estado, como que pretendendo e se não afirmando claramente, que, essas aposentadorias significam uma imoralidade, mas, se esquecendo no entanto, que, elas são decorrentes de legislação aprovada por esta Casa e com o voto unânime da Oposição. Não houve um só voto contrário, Sr. Presidente, à aprovação daquela matéria! E não foram os votos do Partido Democrático Social que aprovaram essa matéria, foram os votos da Oposição, Sr. Presidente. Então, nós somos obrigados a acreditar que, a Oposição, lamentavelmente, tem uma memória muito curta, porque ela aprovou e, estão aí os Anais da Casa, as Atas da Casa para que as nossas palavras sejam totalmente comprovadas. Então, nós rechaçamos completamente a afirmação e a acusação de imoralidade nas aposentadorias, porque nós convalidamos com a nossa participação, aqui neste plenário, como também não aceitamos, sob qualquer pretexto, a acusação de imoralidade no Governo Ney Braga.

Este assunto talvez possa ser objeto de novos pronunciamentos e certamente o será ainda hoje, no aparte que concederemos ao Deputado Erondy Silvério que o nos solicitou com prioridade.

Mas, quero me referir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, à anunciada greve do Magistério do Paraná para o dia 14 deste mês, e quero fazer um apelo aos professores paranaenses no sentido de que reflitam com a mesma boa vontade com que tem refletido acerca de várias matérias de seu interesse e de interesse do Paraná e devo dizer que o Governador Ney Braga é um homem sério e cumprirá todos os compromissos com o magistério do Paraná. Já fez bastante pelo professorado e o restante é apenas uma questão de tempo. O que se pede, agora, é compreensão dos docentes.

Sabemos que, durante anos, pouco se fez, no Paraná, por esses trabalhadores que foram quase literalmente esquecidos. A defasagem entre a realidade em que vivem e atuam e o que reivindicam é grande. Por isso, exatamente, não pode ser transposta de uma hora para outra.

O Governo do Estado porém está atento e na medida que estuda o orçamento, analisa aspectos administrativos e jurídicos, vai tomando importantes medidas. Basta verificar que

longo da atual administração, em persistente esforço no sentido de conferir ao professorado um tratamento condigno dentro das possibilidades reais, foi obtida a concretização de medidas que, se não representavam a totalidade do que era desejado - e o que o Governo gostaria de conseguir - traduziam, efetivamente, o limite do que o Estado tinha possibilidade de oferecer.

Dentre estas importantes medidas cabe aqui ressaltar o enquadramento de 6.500 suplementaristas: ingresso no Quadro Próprio de 3.300 professores e ingresso de 350 professoras leigas, fora a realização de cursos de habilitação para o ingresso de outros 1.000. Na mesma ocasião foi concedido aumento de setenta e dois por cento que vigorou a partir de janeiro deste ano, bem como um aumento de cem por cento na gratificação da regência em igual data.

Quero lembrar que o Governo não deixou, em momento algum, de reconhecer como justas as aspirações do magistério, assim como considera justas as postulações de todos os que trabalham e buscam melhores condições de vida e de desempenho de suas funções.

Neste sentido cabe ressaltar que no curto espaço de tempo compreendido entre março de 1979 até hoje, 8.675 integrantes do Quadro Próprio do Magistério foram beneficiados por atos que permitiram sua passagem para a classe e o nível de vencimentos imediatamente superiores àqueles em que se encontravam.

Em junho do corrente ano a SEED abriu inscrições para nova promoção vertical por habilitação e, concomitantemente, o Governo do Estado enviou a este Legislativo, mensagens que autoriza o remanejamento das atuais vagas existentes, possibilitando promover um número maior de integrantes do Quadro Próprio. Posteriormente novo projeto deverá propor o aumento do número global de vagas, de modo a permitir novas nomeações e promoções.

Particularmente de 1980 a julho de 1981 assistimos a implantação dos avanços automáticos para 21.255 professores e especialistas em função de tempo de serviço no Estado: enquadramento de mais de 545 professores concluintes do Projeto Logos II na classe inicial de carreira do Quadro Único de Pessoal, e nomeação de 1.872 professores remanescentes do concurso de 1.979

Em cumprimento às decisões tomadas em 1980, decorrentes de conversações entre o Governador Ney Braga e os dirigentes do Magistério, prosseguiu a SEED neste ano de 1981 sua estratégia de estudos relacionados aos diferentes aspectos da problemática do magistério público estadual paranaense, submetendo-os sempre à análise, ao crivo e discussão da classe.

Entre outubro de 80 e agosto de 81 - menos de um ano portanto; vários contatos resultaram na maior e melhor especificação dos problemas mais urgentes, hoje expressos na tabela de reivindicações dada a público pelo boletim informativo Educação, onde são analisadas 22 reivindicações do professorado e informa-se sobre as providências tomadas em relação a cada uma delas.

Pelo simples exame de tal documento percebe-se o empenho e a boa vontade do Governo do Estado em relação às exigências do magistério. Questões como a criação de novos regimes de trabalho e da hora-permanência ocuparam lugar de destaque nos trabalhos da Comissão Partidária e, independentemente do prosseguimento de estudos, o Governo afirmou considerar viável sua adoção já no ano letivo de 82, associando-se ao atual padrão de 22 horas, dez por cento para as atividades de preparação da ação do docente.

Também não foi relegada a concretização dos 5 avanços diagonais. A partir de janeiro de 82, junto com a nova tabela de vencimentos, será realizada a ampliação dos atuais níveis de avanço diagonal para 11, com a conseqüente redução de intervalo de tempo para a passagem de um a outro nível - 5 para 3

anos - sem prejuízo dos avanços por merecimento a cada 2 anos.

Quanto a lista triplíce para a indicação de diretores, a SEED continuará as consultas que vem realizando relativamente aos procedimentos para a escolha, e já dispõe de critérios que permitem a colocação dos dois padrões à disposição da função de direção.

Também é determinação do Governo reduzir, já no exercício de 82, as eventuais defasagens entre proventos da inatividade e vencimentos do pessoal ativo. Por outro lado, a gratificação de regência de classe da 1a. a 4a. séries que beneficia hoje mais de 10.000 professores e cujo valor em janeiro de 81 foi duplicado em relação a outubro de 80 recebeu projeto de mensagem que prevê a extensão da gratificação não somente aos professores do pré-escolar como também aos auxiliares de regência de 1a. série.

Estas são apenas algumas das medidas tomadas em favor do magistério. Há muitas outras, mas seria morosa enumerá-las. O importante neste momento é a certeza que os dirigentes do magistério público estadual devem ter em relação aos propósitos da administração do Governador Ney Braga e do Secretário Edson Machado, da Educação, em caminharem em perfeita sintonia com a classe, na direção de uma solução resultante de discussões conjuntas e, principalmente diálogo, já que a Educação diz respeito não apenas aos professores, mas a todos nós cidadãos paranaenses e brasileiros e a este Estado, como prioridade absoluta.

É por entendermos a extensão da gravidade de um movimento grevista que se anuncia para o próximo dia 14, que nós estamos aqui com uma antecedência de 15 dias, não só para alertar mas como para apelar aos mestres do magistério paranaense, para que realmente, façam uma reflexão e para que sintam em toda sua plenitude, em toda sua extensão, o trabalho exaustivo e justo que o Governo do Paraná faz para recuperar o tempo perdido e para restaurar a própria dignidade do exercício do magistério neste Estado.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Erondy Silvério.

**O Sr. Erondy Silvério** - Obrigado a Vossa Excelência. Eu não queria voltar ao assunto das aposentadorias do Tribunal de Contas do Estado, porquanto a emenda tramitou nesta Casa não sub-repticiamente como levemente afirmou o Deputado Tavares na tarde de hoje, mas tramitou claramente. Foi inclusive lida pelo Sr. Secretário, foi analisada por alguns Membros da Comissão.

Agora, o direito não ajuda realmente aqueles que dormem no cumprimento do seu dever, não ajuda realmente.

Mas o que eu estranho Deputado Aírton Cordeiro e Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, é que o nobre Deputado José Tavares que sempre foi um "gentleman" nesta Casa, sempre conduziu os debates com elevação, esteja pouco a pouco descendo deste pedestal de homem que realmente é um homem de debate, do debate elegante, do debate cívico, para entrar na vala comum daqueles que agridem, daqueles que acham tudo imoral salvo o que sai da lavra deles mesmos que são mais honestos, pretendem ser mais honestos do que Deus.

E o nobre Deputado José Tavares ultimamente é o pai da honestidade nesta Casa. Tudo para ele é imoral. Tudo é imoral!

Eu perguntaria o que é imoralidade? É um conceito que varia de povo para povo, de indivíduo para indivíduo eu já disse aqui nesta Casa e citei até um exemplo das mulheres da antiga Creta, que eram proibidas de mostrar o tornozelo, mas andavam com os seios à mostra.

Então o conceito varia de cidade para cidade, de país para país e de indivíduo para indivíduo e de época para época.

(Tímpanos)

**O Sr. Erondy Silvério** - Já concluírei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa comunica ao nobre orador que lhe resta um minuto para o término de sua oração.

Perguntaria será imoral a aposentadoria de um Deputado? Com oito, com dez anos de mandato, que não é carreira, que é uma representação! Será imoral? Entretanto, alguns Deputados já se beneficiam dessa aposentadoria e todos nesta Casa se beneficiarão.

Apresentei uma emenda restabelecendo um direito que já existia desde 1958 no Tribunal de Contas, apenas isso. Agora, eu discordo da forma como essa emenda, da forma emocional como essa emenda vem sendo discutida nesta Casa. Admito que o nobre Deputado José Tavares, que a Casa toda seja contrária aos efeitos da emenda, porque não foram contrários a sua aprovação, tanto que votaram por unanimidade.; Mas ser contrário é uma coisa, agora taxar de imoral, é outra coisa que em sã consciência eu não posso aceitar.

Voltarei a este assunto para responder com um tempo maior ao nobre Deputado José Tavares, que infelizmente não usou na tarde de hoje da elegância com que ele sempre se houve nos debates nesta Casa. Eu não aceito essa pecha de imoral para a emenda. Posso aceitar que a considerem inconveniente, contrária aos interesses até do Estado, mas imoral não. Eu apenas fiz restabelecer um direito que já existia aos Membros do Tribunal de Contas do Estado.

Agradeço a Vossa Excelência.

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador que está encerrada a Hora do Expediente.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu lamento, Sr. Presidente, não poder ser honrado pelo aparte do eminente Deputado José Tavares, por falta de tempo.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu é que lamento, nobre Deputado não poder apartear-lo, mas amanhã voltarei também ao assunto novamente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Naeli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoioado.— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### EM VOTAÇÃO

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73/80, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que denomina “Prefeito Moacir Correa”, a rodovia PR-517, trecho que liga Andirá a Cidade de Itambaracá. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

20 Srs. Deputados o aprovam; nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há “quorum” para votação e sim para prosseguimento

da sessão.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 32/81, (Mens. Govern. n.º 38/81), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e Empresa de Obras Públicas do Paraná-EMOPAR, com os municípios especificados, objetivando a construção de mini-postos de saúde.—

Encerrada a discussão.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 32/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos de convênios celebrados em 23 de dezembro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, e os municípios adiante mencionados:

Altônia, Alto Piquiri, Amaporã, Astorga, Califórnia, Cambará, Cambé, Cambira, Colorado, Curitiba, Florai, Francisco Alves, Grandes Rios, Guaíra, Ibaiti, Icaraíma, Iguaçu, Imbituva, Iporã, Ivaiporã, Jaguapitã, Jardim Alegre, Joaquim Távora, Leopoldina, Marialva, Marilândia do Sul, Mariluz, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Painsandu, Palotina, Paranacity, Paranaíba, Primeiro de Maio, Querência do Norte, Rio Bom, Rolândia, Rondon, Santa Cecília do Pavão, Santo Antônio da Platina, São Jerônimo da Serra, São Jorge do Ivaí, São Jorge do Oeste, São Pedro do Paraná, Tapira, Terra Boa, Tuneiras do Oeste, Uraí, Xambrê, objetivando a construção de mini-postos de saúde, nos municípios signatários.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;  
WERNER WANDERER, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 33/81, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica do Município de Capitão Leônidas Marques, para fins de consulta à população sobre a criação do Município de Boa Vista da Aparecida.— Encerrada a discussão.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 33/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante especificada, pertencente ao Município de Capitão Leônidas Marques, para fins de consulta à população sobre a criação do Município de Boa Vista da Aparecida.

“Ao Norte, preservando-se a atual divisa com o Município de Cascavel, limita-se com este por uma linha seca que parte do Rio Andrada, no sentido Oeste-Leste, tendo até alcançar o Rio Tormenta; a Leste, tendo como divisa o Rio Tormenta, no sentido Norte-Sul até a foz deste no Rio Iguaçu, limita-se com os Municípios de Catanduvas e o de Três Barras do Paraná; ao Sul, tendo por divisa o Rio Iguaçu, a partir da foz do Rio Tormenta até a foz da Sanga Luciano, limitando-se com o Município de Nova Prata, seguindo rumo Norte tendo por divisa a Sanga Luciano, desde sua foz no Rio Iguaçu até encontrar a linha divisória com o lote 158 D, seguindo em direção Norte nas divisas dos lotes



101, 103, 860, 864, 867, 798 e daí em linha seca pelas divisas constantes da planta do Imóvel Andrada, do Município de Capitão Leônidas Marques até atingir o Rio Andrada nas divisas entre os lotes 705 e 667, ponto de partida, fechando o perímetro”.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;  
WERNER WANDERER, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 34/81, (Mens. Govern. n.º 40/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e cooparticipação em estudos que visam a “Análise da Potencialidade da Navegação Interior nos Afluentes do Rio Paraná”, com influência no Estado do Paraná.—

Encerrada a discussão.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 34/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 30 de abril de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEITOP, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e cooparticipação em estudos que visam à “Análise da Potencialidade da Navegação Interior nos Afluentes do Rio Paraná”, com influência no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;  
WERNER WANDERER, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/81, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que altera o regime de auxílio hospitalar ao servidor e dependentes, contida no Art. 4.º, do Decreto n.º 14.585, do Regulamento do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

#### PROJETO DE LEI N.º 24/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE, nos casos que necessitem de internamento, pagará o valor total das despesas hospitalares ocorridas, calculado de acordo com sua tabela própria, para o servidor e seus dependentes cuja remuneração seja igual ou inferior a três salários mínimos da Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

#### JUSTIFICATIVA:

A regra geral do auxílio de 70 por cento, para despesas hospitalares do servidor e dependentes, contida no Art. 4.º, do Decreto n.º 14.585, de 30 de março de 1964 (Regulamento do IPE), permanece intocável, como convém aos interesses do órgão e do próprio funcionalismo.

Contudo, a alteração proposta no regime de auxílio hospitalar, nesta oportunidade, obedece a um imperativo de justiça social, na medida em que beneficia o associado de

menor renda.

É oportuno salientar, ainda, que a iniciativa não se enquadra entre aquelas de competência reservada ao Governador e, conseqüentemente, facultada ao parlamentar.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 24/81

PARECER

O nobre Deputado Gabriel Sampaio intenta beneficiar o servidor associado do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE, cuja remuneração seja igual ou inferior a três (03) salários mínimos, com a vantagem de ter paga suas despesas hospitalares “in totum”.

Aparentemente a iniciativa teria contra si os dispositivos constitucionais - Artigos 25, § 1.º, 35 e 47 - relativos à competência exclusiva do Governador sobre matérias que representem ônus financeiro ao Estado.

Todavia - embora o IPE seja uma entidade autárquica - há de parte do Estado uma contribuição fixada em lei, que não se alterará em decorrência da concessão do benefício, bem como há de parte do funcionário igualmente uma contribuição compulsória que constitui o orçamento da entidade previdenciária.

Esta particularidade, segundo entendo, exclui a presente medida do quadro das competências exclusivas do Governador.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;  
PAULO CAMARGO — Relator.

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N.º 24/81

PARECER

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Gabriel Sampaio tem por objetivo proporcionar a cobertura hospitalar total, dos servidores que percebem até 03 (três) salários mínimos e de seus dependentes.

Embora a douta Comissão de Constituição e Justiça tenha feito observar, preliminarmente, que, aparentemente, a iniciativa teria contra si alguns dispositivos constitucionais, cremos que outro dispositivo da Carta Magna Estadual, “data vênica” não só autoriza a prosperação deste plano de lei, bem como deveria ser aplicado em nossa Legislação, ou seja, o inciso III, do artigo 77, a seguir transcrito:

“Artigo 77 — O Estado promoverá o bem estar e o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral dos funcionários e de suas famílias, e para esse fim organizará:

I - . . . . .

II - . . . . .

III — assistência hospitalar gratuita”.

Tratando o presente projeto de lei, de oferecer a cobertura do benefício constitucional aos servidores mais humildes, cremos que o seu alcance social é justo e meritório.

Assim, pelas razões expostas, opinamos FAVORAVELMENTE À APROVAÇÃO DO PROJETO.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1981.

(aa) NELSON BUFFARA — Presidente;  
FIDELCINO TOLENTINO — Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do menor Adelson Polinice Genari, ocorrido na Cidade de Toledo. **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Justino, ocorrido na



Cidade de Toledo.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Kuss, ocorrido na Cidade da Lapa.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria do Carmo Cobra, ocorrido na Cidade de Barbosa Ferraz.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Baumel Filho, ex-Prefeito do Município de Contenda.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo 27.º aniversário de falecimento do ex-Presidente Getúlio Vargas.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Florêncio de Barros Sobrinho, ocorrido nesta Capital.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Planaro Benato, ocorrido na Cidade de Campo Largo.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bernélio Orsini, ocorrido na Cidade de Maringá.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Rogério da Silva Rosa, ocorrido no Município de Colombo.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Alves de Brito Filho, ocorrido nesta Capital.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Affonso Ditzel, ocorrido na Cidade de Prudentópolis.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a isenção do ICM para Mudanças de Grama Tapete.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Interior, encarecendo seja implantado o Posto de Serviço Telefônico no Distrito de Primavera, Município de Leopólis.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Interior, encarecendo seja implantado o Posto de Serviço Telefônico no Distrito de Raul Marinho, Município de Itambaracá.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando com urgência envio de ofício ao Secretário de Estado da Educa-

ção e Cultura e ao Governador do Estado, encarecendo que regularizem o pagamento dos professores lotados no Município de Toledo, regidos pela CLT.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Srs. Diretor do DER e Secretário dos Transportes, reiterando o pedido de cascalhamento e inclusão de verba no orçamento do próximo exercício para reparos da estrada que vai de Nova Laranjeiras (BR-277) até o Rio Piquiri.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Grupo de Escoteiros do Ar "Santos Dumont" por ter recebido através de dois de seus membros a honrosa insígnia "BADEN POWEL".— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando envio de expediente à TELEPAR, encarecendo a instalação de posto telefônico na comunidade de Dom Carlos, Município de Pato Branco.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando sejam expedidos ofícios aos Srs. Presidente da República, Chefe da Casa Civil, Ministro da Justiça e Ministro do Trabalho, pleiteando a promoção do Sr. Juiz do Trabalho, Indalécio Gomes Neto, para o cargo de Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando envio de votos de congratulações ao escritório geral de Serviços Gerais de Alcoólicos Anônimos no Paraná - CENAAPAR, pela passagem do 13.º aniversário de implantação.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário das Finanças, reivindicando maior prazo para pagamento do ICM.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Presidente da TELEPAR, encarecendo a antecipação da rede de telefone na sede do novo Município de São Jorge do Patrocínio.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, manifestando o reconhecimento pelas providências já tomadas com vistas à pavimentação da via de ligação entre a sede do Município de São Jorge do Patrocínio à rodovia Pérola-Altônia e solicitando a inclusão da mesma nas obras prioritárias.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo amparo às médias e pequenas empresas paranaenses.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Ministro da Educação e da Cultura, visando sugerir estudos, assegurando vagas preferenciais, especificando.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Economista Gilberto Batalha e ao Jornalista José Cury, por sua ativa participação na realização do IV Seminário Paranaense de Desenvolvimento.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando a inserção nos Anais desta Casa, do documento da CNBB "Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política", aprovada na 3a. Reunião da

Comissão Permanente do Órgão, encerrada sábado em Brasília.— Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente do BNH, agradecendo a sua intercessão, com relação aos moradores do “Jardim Samambaia” em Paranaguá.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, reiterando apelo já formulado através de requerimento aprovado por esta Casa, de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, encarecendo estudos da viabilidade da construção do Estádio do Pinheirão em nossa Capital.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando que o Poder Legislativo envie convite ao ilustre Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, para que realize uma palestra nesta Assembléia Legislativa a respeito da situação da cafeicultura em seu Estado e dos estudos e projetos que estão sendo realizados por sua pasta para enfrentar tão dramática situação.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados David Cheriegate e Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à Câmara Federal, manifestando o apoio desta Casa à emenda do Deputado Federal, Henrique Brito (BA).— Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 1.º de setembro, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje e mais:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 64/80.

Levanta-se a sessão.